

PODER

Gilmar aciona PGR contra senador por parecer da CPI

Ministro do STF pede investigação de Alessandro Vieira por abuso de autoridade, após relatório com acusações ao decano e a outros dois magistrados da Corte

» PAULO LEITE
» RAPHAELA PEIXOTO

Rosinei Coutinho/STF



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu à Procuradoria-Geral da República que abra uma investigação contra o relator da CPI do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), após o parlamentar pedir, no parecer final do colegiado, o indiciamento dele e de mais dois colegas da Corte, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes por decisões relativas ao Banco Master e ao colegiado.

Em ofício encaminhado à PGR, Gilmar argumentou que Vieira usou “ardilosamente de rudimentar jogo de palavras para tentar viabilizar indevido indiciamento do requerente em razão de suposto cometimento de crime de responsabilidade”.

O decano afirmou que a comissão extrapolou as competências, pois tinha o objetivo de investigar crimes como “a atuação de milícias, a lavagem de ativos executada com novas tecnologias, o delito de tráfico de entorpecentes e a cooperação entre agências de prevenção e de repressão”.

“A proposta de relatório vale-se de juvenil jogo de palavras envolvendo os ‘crimes de responsabilidade’ para sugerir que caberia à CPI do Crime Organizado realizar indiciamentos a respeito dessa temática, quando isso não corresponde à realidade”, destacou o ministro.

O relatório atribuiu a ministros do STF condutas consideradas incompatíveis com o exercício do cargo. Vieira apontou supostas



A proposta de relatório vale-se de juvenil jogo de palavras envolvendo os ‘crimes de responsabilidade’ para sugerir que caberia à CPI do Crime Organizado realizar indiciamentos a respeito dessa temática, quando isso não corresponde à realidade”

Gilmar Mendes, decano do STF

relações financeiras e proximidade entre integrantes da Corte e o dono do Master, Daniel Vercara. Também questionou decisões

judiciais tomadas durante as investigações da CPI.

Além dos três ministros do STF, o relatório pediu o indiciamento

do procurador-geral da República, Paulo Gonet. O parecer, apresentado na terça-feira, foi rejeitado por 6 votos a 4, após mudanças na composição do colegiado e orientação do Palácio do Planalto pela não aprovação.

Em postagem na rede social X, Vieira disse que a representação de Gilmar Mendes “será respondida com absoluta tranquilidade dentro do rigor técnico devido”. O senador elevou o tom e disse que “ameaças e tentativas de constrangimento não vão mudar o curso de história”. Ele negou ter cometido abuso de autoridade e destacou estar resguardado pela imunidade parlamentar.

Decano rebate Zema e cita dívida de Minas

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), respondeu, ontem, à declaração do ex-governador mineiro Romeu Zema (Novo), pré-candidato à Presidência, em defesa do impeachment e da prisão dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, integrantes da Corte.

Em postagem no X, Gilmar afirmou ser “no mínimo irônico” ver Zema atacando o tribunal após tê-lo acionado para adiar o pagamento de parcelas da dívida de Minas Gerais com a União.

Segundo o decano, sem o socorro institucional do STF, o então governador teria enfrentado um cenário de grave desorganização fiscal e problemas para garantir a continuidade de serviços públicos no Estado.

“A contradição é latente: quando o STF profere decisões que garantem o fluxo de caixa ou suprem omissões do Legislativo

local, a Corte é acessada como agente necessário ao funcionamento da máquina estatal. Contudo, basta que contrarie interesses políticos para que o pragmatismo jurídico dê lugar a chavões vazios de ‘ativismo judicial’ e a ataques à honra dos ministros”, disparou o ministro.

Ele afirmou tratar-se de uma “política do utilitarismo” e disse que “ninguém recorrerá sucessivamente a um tribunal cuja legitimidade não reconhecesse”.

De acordo com nota técnica da Secretaria do Tesouro Nacional, emitida em março deste ano, a concessão de liminares pelo STF suspendeu o pagamento de dívidas de Minas Gerais com a União em 21 meses.

A declaração de Zema ocorreu em evento organizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) na segunda-feira. O ex-governador afirmou que o Brasil vive

“crise moral” e que ministros do STF protagonizam “farra dos intocáveis”.

No início de março, em sessão, o decano do STF já havia criticado governadores que recorrem à Corte para obter decisões liminares em disputas fiscais, mas depois dirigem “ataques” ao STF.

Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes apareceram no relatório da CPI do Crime Organizado, apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE). O parecer pedia o impeachment dos três e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, por supostas ações ou omissões no caso do Banco Master. O relatório foi rejeitado pela comissão na terça-feira.

Gilmar Mendes criticou a condução da CPI do Crime Organizado e a ausência de quebra de sigilos de milicianos ou integrantes de facções. Já Toffoli disse que o parecer

tinha interesses eleitorais.

Novos ataques

Em vídeo postado nas redes sociais, Zema reagiu. Disse que “o intocável ataca novamente”. Ele colocou em xeque a lógica das decisões judiciais e insinuou que o STF age “em favor de alguém para tirar vantagem”.

Na legenda da publicação, Zema elevou o nível das acusações. Chamando Gilmar de “intocável”, afirmou que recorreu ao STF durante seu mandato para “defender os mineiros” e lidar com a dívida pública herdada de gestões anteriores. Em seguida, insinuou irregularidades envolvendo familiares de integrantes da Corte, sem apresentar provas. “Tem gente que vai aí arranjar contrato de R\$ 129 milhões pra esposa. E aí, esse é o Supremo que você tanto defende?”, escreveu.

Izalci: Senado fica omissa

» LETÍCIA CORRÊA*

Líder da oposição no Congresso, o senador Izalci Lucas (PL-DF) defendeu o relatório da CPI do Crime Organizado que pede o indiciamento dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ações ou omissões no caso do Banco Master. Ele alegou que o documento possui provas consistentes.

Izalci mencionou ainda suspeitas envolvendo patrocínios em eventos internacionais do Master, e apontou omissão do Senado frente às invasões de competência pelo Judiciário.

“Quem pode resolver tudo isso é o Senado, e ele não fez o dever de casa até hoje, porque o Supremo sempre invadiu as competências do Senado, já há muito tempo que está fazendo isso. O Executivo também, mas, principalmente, o Judiciário. E o Senado fica omissa”, ressaltou, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza

e Ana Raquel Lelles, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília.

O parlamentar também afirmou não ter “nenhuma dúvida” da vitória do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele, no entanto, disse que a definição de um vice deve ocorrer apenas no período das convenções, devido às articulações partidárias.

“O Flávio ainda não decidiu o vice. Está indo muito bem, já consolidou a campanha dele. Não tenho nenhuma dúvida de que ele vai ganhar a eleição, mas a questão de vice, a gente só define isso na época das convenções, porque a questão envolve coligações, partidos”, frisou.

Entre os nomes cotados, Izalci destacou o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), pela importância estratégica do estado, e a senadora Tereza Cristina (PP-MS), a quem se referiu como uma opção “muito qualificada”.

Quanto à indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias,

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Izalci Lucas defendeu o relatório final da CPI do Crime Organizado

para o STF, Izalci contou que a oposição fechou questão contra o candidato. Um documento oficial foi assinado por lideranças como Rogério Marinho (PL-RN) e o próprio Izalci formalizando o voto contrário.

“É evidente que nós, da oposição, não somos o suficiente para

derrotar, mas se tiver outros parlamentares, e existe essa possibilidade, porque tem Republicanos, tem PP, tem PDT, que podem também votar contra. Então, não está fácil a situação do Messias”, avaliou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Lula, Flávio, as classes médias e a maldição de Marilena Chauí

Desde o golpe de 1964, a esquerda brasileira tem dificuldade de compreender o comportamento das classes médias na política. À época, a deriva à direita desses segmentos da população deu base social ao golpe militar, inviabilizando qualquer resistência do governo João Goulart. Também foi o apoio das classes médias, devido ao chamado “milagre econômico”, que garantiu o grande respaldo obtido pelo governo do general Emílio Médici na sociedade.

A volta do pêndulo se deu apenas em 1974, em consequência do primeiro choque do petróleo, do fracasso econômico do general Ernesto Geisel e da alta da inflação, que atingiu indistintamente a grande massa de assalariados, inclusive os de classe média. O resultado foi uma surra do MDB no partido do governo, a Arena, em novembro daquele ano. Historicamente, a noção de “classes médias”, no plural, é central para compreender a política brasileira.

A pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, mostra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com 42% e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com 40%, empatados tecnicamente em um eventual segundo turno das eleições 2026. É a primeira vez na Quaest que o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro ultrapassa Lula numericamente, embora em empate técnico. Na pesquisa anterior, o percentual era de 41% cada. A vantagem do presidente era de 10 pontos em dezembro, passou para sete em janeiro e para cinco em fevereiro. Agora, em abril, Flávio tem vantagem de dois pontos diante do petista.

O centro da disputa entre ambos é esse estrato heterogêneo, que vai da chamada classe C, com renda familiar entre cerca de R\$ 3 mil e R\$ 10 mil, até a classe B, com rendimentos superiores e maior capital educacional, aproximando-se da elite (classe A). Essa diversidade interna é decisiva para entender o deslocamento desses segmentos para posições mais críticas ao governo e mais abertas à oposição.

Do ponto de vista sociológico, há duas interpretações que ajudam na análise desse movimento. Para o sociólogo Jessé Souza, a classe média brasileira é marcada por um ethos de distinção e por uma visão moralizada da política, frequentemente pautada pelo combate à corrupção e pela rejeição simbólica às camadas populares. Já Marcelo Neri, a partir de uma abordagem empírica baseada em renda e consumo, enfatiza a ascensão da “nova classe média” durante os anos 2000, destacando sua sensibilidade a ciclos econômicos: quando a renda cresce, ela tende a apoiar governos; quando o poder de compra se deteriora, seu comportamento se torna mais volátil e crítico.

Dilema do meio

A pesquisa Quaest mostra o desgaste do governo Lula nos estratos de renda intermediária e mais alta. Entre os que ganham mais de cinco salários mínimos, faixa que concentra a classe média tradicional, a desaprovação chega a 62%, contra apenas 35% de aprovação. Já entre aqueles com renda entre dois e cinco salários mínimos, a chamada “nova classe média”, a desaprovação também é majoritária, em torno de 57%, com aprovação de 38%.

A linha de sustentação do governo está ficando cada vez mais restrita à base de renda mais baixa, com aprovação de 57% entre os que ganham até dois salários mínimos. O lulismo continua ancorado nos segmentos populares, principalmente os beneficiados pelas políticas de transferência de renda. Porém, enfrenta dificuldades crescentes no “meio” da pirâmide social. Isso se confirma quando observamos a escolaridade: entre eleitores com ensino superior, a desaprovação alcança 62%, contra apenas 34% de aprovação. Ou seja, a principal perda de sustentação ocorre entre os mais escolarizados, característica das classes médias urbanas.

A pesquisa indica percepção negativa sobre o custo de vida e o poder de compra, especialmente entre os segmentos de renda intermediária. Esse grupo é o mais exposto ao endividamento, à inflação de serviços e ao encarecimento de itens essenciais, sem contar com a rede de proteção social que beneficia os mais pobres. Trata-se do “dilema do meio”, ou seja, da insatisfação dos indivíduos que não são pobres, mas, tampouco, conseguem sustentar o padrão de vida da classe média tradicional.

Avançam os candidatos de oposição, como Flávio Bolsonaro, que capitalizam o descontentamento econômico, as pautas da segurança e as ineficiências do Estado, além da corrupção. A desaprovação ao governo é particularmente elevada entre eleitores independentes — chegando a 57% contra 32% de aprovação —, um grupo onde a classe média tem peso significativo e que costuma decidir eleições.

O enfraquecimento de Lula nas classes médias combina percepção econômica negativa, frustração de expectativas e mudança de humor político. É aí que chegamos à maldição da filósofa Marilena Chauí, professora da USP, que descreve a classe média brasileira como portadora de uma “consciência autoritária”, marcada pela aversão ao conflito social e pela tendência a responsabilizar o Estado e os pobres por suas frustrações. A tese é controversa, porém, faz sentido quando seus segmentos migram rapidamente para opções políticas mais conservadoras.